

## **Informação sobre viagem aos territórios ocupados do Sahara Ocidental a 10 de Dezembro de 2019 de Isabel Lourenço e actuação das autoridades Marroquinas**

No âmbito do trabalho de observação e acompanhamento da situação do Sahara Ocidental, viajei no dia 10 de Dezembro de 2019 para El Aaiun.

O meu trabalho é público, sou investigadora do Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto, membro da Fundación Sahara Occidental, colaboradora do site [www.porunsaharalibre.org](http://www.porunsaharalibre.org) e colaboradora do Jornal online Tornado, tenho participado em sessões dos direitos humanos das Nações Unidas em Genebra, assim como na 4ª Comissão para a Descolonização das Nações Unidas e em eventos no Parlamento Europeu. Apresentei os meus relatórios e dei conferências regularmente ao longo dos últimos anos sobre esta temática.

Desenvolvo esse trabalho de observação e acompanhamento nos campos de refugiados de Tindouf na Argélia, nos territórios libertados da RASD (República Árabe Saharaui Democrática), nos territórios ocupados por Marrocos do Sahara Ocidental e com a comunidade saharauí na diáspora (França, Espanha e Bélgica).

Decidi viajar a El Aaiun no dia 10 de Dezembro de 2019, com o objectivo de contactar as famílias da Senhora Mahfouda Lefkir, condenada a seis meses de prisão por dizer (no final do julgamento do seu primo) que "era um julgamento injusto e só os tratavam assim por serem saharauís".

A Sra. Lefkir que tem problemas de saúde graves e aguarda cirurgia foi espancada, ainda no recinto do tribunal, quando se recusou a entrar numa carrinha de transporte de presos de delito comum masculinos.

No decurso da mesma viagem ia ainda contactar com as famílias dos presos políticos saharauís do grupo Gdeim Izik e com estudantes e crianças saharauís.

Antes da viagem, como sabia dos entraves levantados pelo Reino de Marrocos, como aliás salientado pelo Secretário Geral das Nações Unidas, António Guterres, que referiu no seu relatório sobre o Sahara Ocidental em Abril de 2019 que o acesso a observadores internacionais, membros de ONG's e jornalistas tem sido impedido pelo reino de Marrocos, verifiquei se reunia os requisitos de entrada exigidos pelo poder ocupante (lei 02/03 de Marrocos).

Como tinha os requisitos necessários, a saber, passaporte com validade superior a 6 meses, bilhete de regresso e hotel reservado, informei da minha viagem, não só a Embaixada Portuguesa em Rabat, como o Ministério de Negócios Estrangeiros Português, a representação da União Europeia em Rabat, a Alta Comissária para os Direitos Humanos das Nações Unidas, a 4ª comissão para a descolonização e membros do Conselho de Segurança das Nações Unidas visto terem no terreno uma Missão (MINURSO).

Apesar do território do Sahara Ocidental ser um território não autónomo que aguarda descolonização e Marrocos não ter soberania sobre o mesmo (ver resoluções das Nações Unidas, União Africana, Tribunal Internacional de Haia e últimos três acórdãos do Tribunal de Justiça da União Europeia), Marrocos é a força ocupante e administrador de facto sendo Espanha administrador de jure.

Tendo isso em conta,

Quero referir que:

No passado dia 10 de Dezembro viajei de Lisboa para Gran Canarias (Las Palmas) no voo da TAP e em seguida para El Aaiun, capital dos territórios ocupados do Sahara Ocidental no voo AT 995 da ROYAL AIR MAROC que aterrou no aeroporto de El Aaiun às 16h20 hora local.

Ao aterrar o piloto do avião foi informado que todos os passageiros deveriam sair do avião excepto a Sra. Lourenço o que foi transmitido aos passageiros por um membro da tripulação.

Os passageiros começaram a sair e eu indaguei qual a razão pela qual não poderia sair do avião. Foi-me dito por um membro da tripulação que não sabia, que o piloto tinha recebido ordens das "autoridades" e que iria ver.

O piloto veio ter comigo e explicou-me que eu não poderia sair do avião e teria que seguir no mesmo avião para Marraquexe.

Respondi que não tinha intenções nenhuma de ir para Marraquexe, e que não tinha comprado bilhete para Marraquexe mas sim para El Aaiun, onde iria sair. Avisei, também, o piloto que não me poderia, nem reter dentro do avião, nem enviar-me para outra cidade contra a minha vontade nestas circunstâncias e que a responsabilidade seria dele e da Royal Air Maroc e que isto se assemelhava a um sequestro.

O Piloto começou a discutir com as autoridades, pelo que percebi disse que as autoridades lhes causavam muitos problemas, porque não deixavam os estrangeiros sair do avião (aludindo às dezenas de expulsões dos últimos dois anos). O meu passaporte foi dado às "autoridades" e alguns minutos depois devolvido.

Durante este dialogo continuei a aproximar lentamente da porta de saída, tendo um homem não identificado, em roupa civil, entrado no avião, dizendo-me que as minhas intenções eram politicas e que eu não era bem-vinda. Respondi que as minhas intenções eram públicas, falar e entrevistar famílias de presos políticos saharauis, nomeadamente a família da Sra. Lefkir e dos presos políticos de Gdeim Izik, casos que tenho acompanhado. Disse-lhe também que iria igualmente falar com jovens e crianças saharauis e que não estava ali em representação de nenhum partido ou organização politica.

Pedi, repetidas vezes, que me dessem algum tipo de documento oficial em que se mencionasse qual a razão de recusa de saída do avião, bem como da recusa de entrada no Sahara Ocidental.

Expliquei que não estava a infringir nenhum dos requisitos da lei marroquina 02/03 que regula a entrada de estrangeiros, mas que, caso considerassem que estivesse em violação de algum dos artigos dessa mesma lei, deveria ser informada de tal.

Não me responderam, nem me forneceram qualquer documento.

Ainda no interior do avião, um membro da tripulação trouxe um bilhete emitido em meu nome com destino a Marraquexe, e que eu recusei, visto não ter adquirido nenhum bilhete nem queria ir para Marraquexe, como já tinha dito. Nessa altura, voltei a frisar que tinha vindo de Gran Canarias para El Aaiun e que se me recusavam a entrada o meu único destino de regresso teria de ser as Gran Canarias.

Como mantinha que tinha direito a entrar no país para os efeitos que lhes tinha comunicado, foi-me dito que estava presente no local o representante dos saharauis e que iria falar comigo, ao que retorqui que não conhecia o senhor em questão e não tinha nenhum interesse em falar com ele.

**Continuei a avançar e saí do avião ficando no degrau superior da escada.**

Em redor dessa escada encontravam-se mais de uma dezena de homens vestidos à civil assim como dois polícias uniformizados (um homem e uma mulher).

Em frente à escada mas afastados encontravam-se os passageiros que aguardavam embarcar para Marraquexe.

**Pedi aos vários homens ao redor da escada, que me iam dizendo, que eu era persona non grata, paga por argelinos, e uma ameaça à soberania, que se identificassem. Responderam-me que eram "a autoridade" ou alguns "um alto responsável" sem mencionarem se pertenciam a algum ramo da polícia, da estrutura militar, do governo, ou das autoridades aduaneiras.**

Durante todo o tempo, tais indivíduos, estiveram aos telemóveis pedindo ordens, porém, na medida em que lhes eram dadas ordens que pareciam contraditórias, os mesmos não chegavam a acordo sobre que atitude tomar. Repeti novamente o pedido de que me fosse entregue algum documento oficial em que mencionasse qual a razão de recusa de saída do avião e de entrada no Sahara Ocidental.

**Igualmente referi, de novo, que não estava a infringir nenhum dos requisitos da lei marroquina 02/03 e que se considerassem estar em violação de algum dos artigos dessa mesma lei, teria necessariamente de ser informada de tal, nomeadamente pela entrega de documento que atestasse qual a razão para a recusa de saída do avião e entrada no Sahara Ocidental.**

**Responderam que não me iam dar qualquer documento.**

Foi trazido à minha presença um homem vestido com uma daraá (traje tradicional masculino saharauí) e disseram-me que se tratava do representante de todos os saharauís e que tinha que falar com ele.

Agradei e respondi que não tinha nenhum interesse em falar com o senhor, nunca o tinha visto e o que queria era falar com as autoridades e perceber o que se passava.

O intercâmbio com as "autoridades" foi feito em francês, inglês e espanhol uma vez que não entendo árabe suficiente para manter qualquer tipo de conversação.

Os indivíduos, cerca de 20, continuaram a dirigir-me frases soltas, ora um ora outro, como por exemplo:

"Vem atacar a nossa soberania"

"É persona non grata"

"Fazer entrevistas não é falar!"

"Precisa de autorização para falar com pessoas do Ministério do Interior Marroquino"

"Aprendeu muito desde a sua expulsão de fevereiro de 2015, lembro-me de si"

"Nós somos a autoridade"

"Não pode falar com ninguém"

"Não vem fazer turismo, ser for turista é bem-vinda"

"Nunca lhe vamos dar um documento"

"Não pode falar com quem quer"

"A liberdade de expressão é para os cidadãos marroquinos não para os outros".

Devido aos protestos dos passageiros que esperavam embarcar para Marraquexe e a minha recusa de regressar para dentro do avião, levaram-me à sala de entrada no território, onde se carimbam os passaportes, mas onde só se encontravam "autoridades" e alguns funcionários fardados.

Eu tinha dois telemóveis comigo, um com numero português e outro com numero marroquino, que adquiri antes da viagem devido aos custos elevados de roaming.

Durante os acontecimentos acima descritos, gravei áudios do que se estava a passar e deixei uma mensagem ao meu marido a explicar que não me queriam deixar sair do avião, essa foi a ultima mensagem que consegui enviar.

Foi-me, de imediato, retirado o telemóvel que tinha na mão à força, por um dos indivíduos, vestido à civil e que alegava ser uma "autoridade". De seguida, tanto a minha mochila como a minha bolsa foram revistadas, o meu outro telemóvel e o meu computador foram retirados, assim como o meu passaporte, que foram levados do local por um desses indivíduos e levados para sítio desconhecido. Duas agentes fardadas fizeram-me uma busca corporal (sem retirar a roupa) numa sala fechada.

Tudo isto aconteceu antes de me terem carimbado o passaporte. Pedi várias vezes para me deixarem entrar em contacto com a minha embaixada, o que foi recusado. Também me foi recusado entrar em contacto com a minha família ou advogado.

Perguntei se estava detida e qual a infracção imputada, mas não me responderam.

Passado algum tempo (não consigo precisar porque não tinha nenhum relógio) um dos membros da "autoridade" gritou-me que tinha três escolhas possíveis:

- 1º Ficar detida naquela sala até ao dia seguinte às 19h00 e regressar para Gran Canarias,
- 2º Seguir no avião das 22h00 para Casablanca,
- 3º "Apanhar" um táxi para Agadir naquele momento.

**Respondi que a minha escolha era entrar em El Aaiun, qualquer outra situação ou decisão não era minha e era da responsabilidade "deles" e contra a minha vontade e direito de livre circulação, uma vez que nunca me apresentaram nenhum documento, nem se identificaram.**

Reafirmei que tinha um passaporte válido por mais de 6 meses, voo de regresso e hotel reservado em El Aaiun, cumprindo com os requisitos para a entrada no país de um cidadão europeu.

Após mais alguns minutos de chamadas telefónicas e discussão entre os "membros das autoridades" regressou o mesmo homem que me disse "vai para Agadir de Táxi!".

**Carimbaram o passaporte, que continuava em posse deles, e começaram a preencher o formulário de entrada sem me perguntarem nada, mas discutindo entre eles qual o quadrado que deveriam assinalar na razão de entrada (turismo, estudos ou trabalho) - não sei o que assinalaram uma vez que nunca vi o formulário, nem por preencher nem depois de preenchido.**

Disseram me para aguardar e o grosso das "autoridades" abandonou a sala.

Passado algum tempo fui levada para um veículo civil no exterior do aeroporto, guardada por dois "membros das autoridades", e levada a alta velocidade para a praça de Táxis.

Durante o percurso, foi-me dito que **"aqueles com quem quer falar não são seres humanos"** e que Espanha nunca desenvolveu o Sahara como Marrocos, que Marrocos é um país excepcional, melhor que Portugal em todos os aspectos, e reafirmava amiúde que **"aqueles com quem quer falar não são seres humanos"**.

Chegando à praça de táxis, foi-me oferecida uma garrafa de água por um dos homens que se tinha identificado como autoridade e alto responsável, que me disse "pode beber, está a ver está fechada, pode confiar". Não aceitei a garrafa de água.

Foi-me ordenado pelo mesmo individuo para entrar dentro de um táxi colectivo (7 lugares), mas recusei uma vez que não tinha nem passaporte, nem telemóveis, nem computador, tudo na posse das "autoridades".

Disseram-me que me davam o passaporte depois de entrar no táxi e eu disse que não entrava em nenhum lado sem o meu passaporte.

Acabaram por deixar o passaporte, os telemóveis e o computador no táxi, e o mesmo individuo perguntou-me se queira ir para Agadir Matar (Aeroporto de Agadir) ou Agadir Hotel, respondi que queria ir para o Hotel Lekouara, em El Aaiun.

**O homem "autoridade" gritou ao taxista para ir para Agadir** e entraram 5 homens desconhecidos ficando o táxi com lotação completa.

O táxi arrancou e fizemos a viagem a alta velocidade, ultrapassando vários camiões de uma só vez, em estradas sem iluminação e piso em estado deplorável.

Quando tentei ligar os telemóveis, verifiquei que o telemóvel com o numero português tinha sido totalmente reconfigurado, não saindo do ecrã inicial e em francês (antes estava em Português). Tentei reconfigurar, mas dava erro pelo que não foi possível.

O telemóvel com numero marroquino também tinha sido desbloqueado e todas as aplicações tinham sido eliminadas, não conseguindo ter acesso às funcionalidades do mesmo. Após aproximadamente meia hora consegui por o telefone a funcionar só com função receber e fazer chamadas e sms e foi quando recebi a chamada da emergência consular e da embaixada.

Tinha pouco saldo e ao longo do percurso nas duas paragens para "comer" consegui instalar o Messenger.

Não comi nem bebi nada nas paragens.

Paramos muitas vezes em Postos de controle onde eram pedidos os documentos, no meu caso o passaporte.

Durante o percurso o taxista recebeu um pacote que foi entregar a outra pessoa numa localidade fora do percurso para Agadir, desviando da estrada principal e entrando por uma localidade, voltando depois atrás regressando à estrada principal.

Às 4h00 da madrugada, o táxi parou numa praça e foi-me dito que tinha de sair, pois era a paragem final. Perguntei onde estava uma vez que não me parecia estar em Agadir. Fui informada que me encontrava em Inzegan (localidade a 12km de Agadir) e que tinha que sair. Não paguei nada ao taxista, visto não ter contratado nenhuma viagem, mas também não me foi solicitado nenhum pagamento.

Sem outra alternativa dirigi-me ao local que parecia ser uma praça de táxis e tentei encontrar um táxi para Agadir. Fui num táxi para Agadir pedindo para ir para o Hotel Ibis, uma vez que não queria ir para um hotel marroquino.

No hotel às 5h30 da madrugada pedi um quarto até dia 12 de Dezembro, visto já não ter tempo de comprar bilhete, nesse mesmo dia para Lisboa, uma vez que não há voos directos.

Fui para o quarto de hotel onde tinha wifi, mas continuava com os telemóveis desconfigurados e sem conseguir solucionar a situação.

A minha família enviou-me um bilhete de regresso Agadir- Casablanca- Lisboa para dia 12 de Dezembro, que imprimi na recepção do hotel.

No dia 12 de Dezembro de 2019, sai as 7h00 do Hotel para o aeroporto de Agadir. Passei os controlos de bagagem e no controle de passaporte foi-me dito que não podia sair do país, alegando que necessitava de uma autorização de saída.

Entrei de novo em contacto com a emergência consular a explicar o que se passava.

Segundo o agente do controle de passaporte, teria que ir tratar da minha saída com o inspector da Alfandega, visto haver um problema com a minha "entrada de carro". Outros dois agentes fardados juntaram-se ao primeiro, dizendo que só estavam ali para me ajudar.

A última vez que entrei e saí de Marrocos de carro foi em 2017, durante o julgamento do grupo Gdeim Izik, e desde essa altura já entrei e saí de Marrocos, tendo assistido ao julgamento do Grupo de Estudantes saharauis "El Ouali", em Marraquexe. O carro que utilizei na viagem em questão, tendo saído por Tanger, está à porta da minha casa.

Chegando ao inspector da Alfandega (após sair de um sítio do aeroporto e entrar noutro), este ficou a olhar, durante vários minutos, para o computador sem nada fazer. Em seguida, disse que eu tinha que esperar que não se lembrava da palavra passe. Eu informei que ia, de novo, ligar para a minha embaixada, e que tinha um avião para apanhar.

Começou, então, a dizer que a autorização já ali estava e preencheu rapidamente um papel, exigindo, depois, o numero da matricula do carro. Eu respondi que era estranho, tanto mais que não tinha entrado de carro, mas por via aérea das Gran Canarias, ao que respondeu para fornecer a matricula do carro com que tinha entrado em 2017. Como não sabia a matrícula do mesmo, telefonei ao meu marido para ir ver a matricula do carro, que, como já tinha referido, se encontrava à porta de minha casa.

O inspector da Alfandega preencheu o resto do formulário, tendo-lhe pedido uma copia, mas que me foi recusada, dizendo o mesmo que não tinha direito a uma cópia.

Regressei ao controle de passaportes, passando de novo por todos os controlos de bagagem. Carimbaram o meu passaporte, mas não me deram nenhuma cópia da autorização e alegaram que era um "assunto pendente".

Chegada a Casablanca, estive várias horas à espera do voo para Lisboa, pouco antes da entrada no avião, foi-me roubado o telemóvel com o numero marroquino, de dentro da minha bolsa.

Chegamos a Lisboa com atraso.

Este relato é um resumo dos acontecimentos na minha viagem para audição de familiares de presos e de jovens saharauis e que não foi possível realizar pelas circunstâncias acima descritas.

Marrocos e as suas "autoridades" nunca agiram de forma assumidamente oficial, nunca se identificando, nem nunca dando qualquer tipo de documento relativo às várias acções.

Violaram a privacidade ao verificarem os meus telemóveis e computador, mas mais grave foi terem desinstalado e apagado o conteúdo dos mesmos, inclusive uma aplicação bancária.

A viagem forçada em Táxi até Inzeggan assemelha-se a um sequestro, tendo as "autoridades" assegurado que eu ficasse incomunicável com os telemóveis totalmente desconfigurados, e não havendo o mínimo de garantia de segurança uma vez que me encontrava com 6 desconhecidos e fui levada para um sítio que não era o indicado pelas "autoridades". O facto de estar em contacto telefónico com a embaixada e emergência consular assim que consegui por um dos telefones a funcionar não representou qualquer melhoria na situação apesar da amabilidade de todos os funcionários/as com quem contactei.

A retenção arbitrária de que fui alvo, mais de 3 horas consecutivas incomunicável é contrária à Convenção europeia dos direitos do homem nomeadamente o artigo 5º, ponto 1. O Reino de Marrocos tem acordos estabelecidos com a União Europeia cujo pilar fundamental é do respeito pelos direitos humanos que foram claramente violados neste caso, havendo impedimento de liberdade de movimento, associação e reunião, associado ainda a retenção arbitrária. Também a carta universal dos direitos humanos não foi respeitada.

As "autoridades" marroquinas deixaram claro que tudo o que se passa nos territórios ocupados do Sahara Ocidental não é para ser visto, ouvido, e muito menos relatado. Ficou também claro pelas declarações várias ao longo da minha retenção arbitrária que não consideram os Saharauis "seres humanos" e que a "liberdade de expressão é apenas para os cidadãos marroquinos".

Isabel Maria Gonçalves da Silva Tavares Lourenço  
Lisboa, 16 de Dezembro de 2019

